

ECONOMIA - Brasil

Quem tem medo dos empresários?

EDUARDO R. GOMES

Há cerca de duas semanas, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) divulgou uma ambiciosa proposta de política industrial para o Brasil, ganhando matéria de capa em um dos nossos mais influentes semanários.

Nesta semana, a Firjan também veio a público e propôs a atualíssima discussão da chamada "terceira via", trazendo ao Rio ilustres nomes ligados ao governo Tony Blair.

Praticamente nesse mesmo momento, ainda que depois de um tardio reconhecimento da gravidade da situação do déficit público, o Governo inicia a implementação de um duro ajuste fiscal, tendo apenas chamado alguns empresários a Brasília para sondar o impacto das medidas que tomaria.

Este encontro teve lugar na noite de um domingo, 25 de outubro, e, fora o presidente da Fiesp, Horácio Piva, os demais convidados não eram representantes de entidades empresariais.

Sem desconsiderar a importância dos empresários chamados a Brasília (para não falar aqui da falta de iniciativa do Governo em dialogar com os trabalhadores), cabe perguntar: o que há com as relações entre o Governo e o empresariado?

Nada de novo, deveríamos responder. Nos últimos anos, temos assistido a uma série de tentativas de estabelecimento de canais institucionais de negociação entre o poder público e o setor privado, sem que nenhuma delas tenha sido concretizada.

Essa disjunção entre o Governo e os empresários, no contexto mais amplo das dessintonias entre o poder público e as forças sociais, parece muito mais grave no atual momento da vida brasileira: o ajuste fiscal proposto revela a gravidade dos problemas que enfrentamos e, a despeito disto, o Governo continua a não interagir com as entidades empresariais que, sem dúvida, estão pensando, formulando e apresentando propostas de políticas de desenvolvimento.

Diferentemente das social-democracias europeias, que agregam atores econômicos politicamente organizados (como empresários e trabalhadores), no processo de formulação e implementação de políticas, o nosso Governo social democrata pouco interage com os interesses organizados, e muito menos abre espaço para a institucionalização de canais de negociação política com esses setores.

Surpreendentemente (ou não), essa postura do atual Governo, de fato, não é nova. Por exemplo, pouco depois da posse de Fernando Henrique, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) propôs a constituição de um fórum permanente de diálogo com o próprio presidente, no que não foi atendido. Tal canal, inclusive, não foi aberto nem quando o PNBE reorientou sua proposta para uma interlocução com a vice-presidência.

Por outro lado, parece-me também claro que o relativo sucesso das câmaras setoriais apenas nas áreas automobilística e de brinquedos não se deveu à inexistência de propostas de outros setores.

Em 1995, o Sindicato da Indústria de Papel e Celulose do Estado de São Paulo, por exemplo, formulou um abrangente plano decenal de desenvolvimento setorial, envolvendo valiosas metas em termos de economia de divisas e de geração de empregos. Apresentado ao Governo, o plano sofreu um definitivo voto do Ministério da Fazenda, tendo em vista os subsídios e incentivos que eram propostos, ainda que estes, na verdade, sejam praticados nos países com que o Brasil concorre naquele setor industrial.

Concluindo, só podemos localizar as razões para esta postura do Governo no próprio Governo e, particularmente, em sua política econômica de uma nota só: estabilidade da moeda.

Esta única prioridade do Governo não abre espaço para a consideração de outras políticas econômicas para o país, fazendo com que empresários e trabalhadores, que se organizam nesse sentido, não ganhem cidadania política como tal. Esses esforços, portanto, acabam sendo solapados, apesar da propalada valorização da sociedade civil organizada, por parte desse mesmo Governo.

Desta forma, a política econômica de Fernando Henrique cobra um alto preço à nação brasileira, além de todos os custos que nos tem impingido depois de conseguida a estabilização: ela simplesmente não permite a efetiva incorporação dos atores estratégicos para nosso desenvolvimento — que são os empresários e os trabalhadores — na definição dos rumos que o país deve tomar.